

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.531 - RS (2018/0319454-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593A**  
: **RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A**  
: **GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A**  
: **PAULO CESAR DA ROSA GOES - MG148467**  
**AGRAVADO** : **BERNARDETE DE ASSIS BOTTCHER**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. COMPROVAÇÃO DA MORA. IRREGULARIDADE. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REMETIDA AO ENDEREÇO DA PARTE, MAS NÃO RECEBIDA. NECESSÁRIO ESGOTAR AS DILIGÊNCIAS PARA ENCONTRAR E INTIMAR A PARTE FINANCIADA. DESCUMPRIDO ARTIGO 2º, §2º, DECRETO-LEI 911/69.*

*A notificação extrajudicial pode ser enviada ao endereço fornecido pelo contratante, sendo prescindível a assinatura do signatário do contrato para a confirmação do seu recebimento. No entanto, imperiosa a comprovação da entrega da notificação ou, caso o demandado não seja encontrado, a apresentação do edital.*

*NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO" (e-STJ fl. 65).*

No especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação dos artigos 2º, § 2º, e 3º do Decreto-Lei nº 911/1969; 113 e 422 do Código Civil e 4º, 10, 85, §2º, 139, IX, 140 e 321 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese, que

*"(...)*

*Embora seja caso de notificação retornada pelo movido 'AUSENTE' há de ser reconhecida a regular constituição em mora do devedor (recorrido). Afinal, é dever contratual do financiado manter contato com o credor, e não poderá elidir a eficácia do contrato por meio de manobras fraudulentas para se esquivar do contrato" (e-STJ fl. 78).*

Aduz que não pode ser imposta que a carta encaminhada ao endereço contido

no contrato seja recebida.

Aponta precedente do Tribunal local como acórdão paradigma da controvérsia.

Defende a possibilidade, no curso da ação judicial, de ser intimada para regularizar a prova da mora do devedor.

Menciona que já suporta os prejuízos decorrente da mora contratual, de modo que o recorrido é quem deve arcar com os honorários sucumbenciais.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame direto do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

De início, verifica-se que o conteúdo normativo dos artigos 4º, 10, 85, § 2º, 139, inciso IX, 140 e 321 do CPC/2015 e 113 e 422 do Código Civil não foi debatido pelo Tribunal de origem, sequer de modo implícito, e tampouco foram opostos embargos declaratórios. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF, segundo o qual: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

No mais, respeitados os limites fáticos do acórdão, observa-se que o entendimento adotado na origem encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de ser válida a notificação para constituição em mora do devedor efetuada em seu domicílio, ainda que não lhe entregue pessoalmente.

A propósito:

*"AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPROVAÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. AR. PURGAÇÃO DA MORA. SÚMULA 284 STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEVOLUÇÃO E PARCELAS. CDC. MEIO INIDÔNEO.*

*- Para a comprovação da mora é suficiente a notificação por Aviso de Recebimento (AR) entregue no endereço do devedor, não sendo exigido que a assinatura seja do próprio destinatário. Precedentes.*

*- Não cabe discutir, em ação de busca e apreensão do bem entregue em alienação fiduciária, a devolução ou não das parcelas pagas" (REsp 343.751/DF, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, DJ 01/03/2004, p. 178).*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO*

*EXTRAJUDICIAL. CORRESPONDÊNCIA. ENDEREÇO CONTRATUAL. REEXAME. SÚMULAS N. 7 E 83/STJ. AÇÃO REVISIONAL. SUSPENSÃO. SÚMULA N. 380/STJ. NÃO PROVIMENTO.*

- 1. O envio da notificação extrajudicial no endereço contratual do devedor é suficiente para constituí-lo em mora decorrente do inadimplemento de contrato de alienação fiduciária. Precedente.*
- 2. O simples ajuizamento de ação revisional não impede a caracterização da mora, nos termos do verbete n. 380 da Súmula desta Casa.*
- 3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1286619/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 20/11/2018).*

*"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA MEDIANTE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. PRECEDENTES. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

- 1. Esta Corte consolidou entendimento no sentido de que, para a constituição em mora por meio de notificação extrajudicial, é suficiente que seja entregue no endereço do devedor, ainda que não pessoalmente. Precedentes.*
- 2. A alegação de ajuizamento de ação revisional e depósito judicial dos valores não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).*
- 3. O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*
- 4. A ausência de prequestionamento dos dispositivos tidos como contrariados no recurso especial obsta o seu conhecimento também pela alínea "c" do permissivo constitucional.*
- 5. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 715.516/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 10/09/2015).*

Todavia, no tocante à constituição em mora do devedor, o Tribunal de origem consignou o seguinte:

*"(...)*

*A ação de busca e apreensão, nos termos do artigo 32, do Decreto Lei nº 911/69, pressupõe a existência do inadimplemento do devedor (mora).*

*No mesmo norte, a Súmula 72 do STJ dispõe ser imprescindível a comprovação da mora debendi para fins de busca e apreensão.*

*Cumpre ser analisada, portanto, a existência de regular comprovação da mora, a qual, nos termos do artigo 2º, §2º, do Decreto - Lei nº 911/69, poderá ser comprovada até mesmo por carta registrada*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*com aviso de recebimento, sequer sendo exigível a assinatura pessoal do destinatário.*

*O que se depreende dos autos é que a notificação não alcançou seu destinatário, pois conforme consta na carta AR (fls. 12-13), o fiduciário estava ausente nas três tentativas (fl. 13), cumprindo à instituição financeira esgotar os meios de notificação do devedor" (e-STJ fl. 67).*

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal - para afirmar que a notificação foi efetivamente entregue no domicílio do devedor - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Outrossim, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator